Nº 90 AGOSTO/2010

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

XVI Encontro do Foro de São Paulo

Em entrevista ao site *Opera Mundi*, Valter Pomar, secretário executivo do Foro São Paulo, faz o balanço de uma década de governos progressistas na América Latina e comenta sobre o próximo encontro do Foro, na Argentina. "O Foro passou por várias fases. De sua criação a 1998, foi um espaço de resistência contra a ofensiva neoliberal. Depois, converteu-se num espaço de articulação da ofensiva eleitoral dos partidos de esquerda. Essa ofensiva se deteve em 2009, com a posse de Mauricio Funes, em El Salvador. Desde então, precisamos nos converter em um espaço de formulação e de articulação de uma estratégia que permita fazer desse ciclo de governos progressistas e de esquerda o ponto de partida de um novo modelo de desenvolvimento. pp. 6 e 7

2010: a hora das mulheres

p. 8

SAÚDE: a política de investimentos

pp. 3 a 5

EDITORIAL

Há duas disputas na eleição presidencial de 2010. A primeira: a disputa entre neoliberalismo e desenvolvimentismo. A segunda: a disputa entre desenvolvimentismo conservador e desenvolvimentismo democrático-popular.

A candidatura Serra expressa uma aliança entre neoliberais e desenvolvimentistas conservadores. A candidatura Dilma expressa uma aliança entre desenvolvimentistas conservadores e democrático-populares.

O ideal seria uma vitória plena do campo democrático-popular. Mas não há correlação de forças para isto, motivo pelo qual as candidaturas de ultra-esquerda, mesmo que não queiram, contribuem para que a disputa vá ao segundo turno, beneficiando na prática a candidatura Serra.

O mesmo faz Marina, que não é uma candidatura de esquerda. Seu discurso e suas alianças revelam uma candidatura é social-liberal.

Dilma vitoriosa, terá prosseguimento a disputa, tanto na sociedade quanto no governo, entre os setores conservadores e democrático-populares. Essa disputa vai se concentrar em uma batalha velha e duas batalhas novas. A batalha velha é contra a ditadura da especulação financeira. As duas batalhas novas são a reforma tributária e a reforma política, sem as quais não teremos hegemonia política, nem força estatal, para viabilizar outras reformas estruturais.

Dilma tem afirmado que será presidente para seguir mudando. Seguir mudando implica em ampliar investimentos públicos. E se queremos mais crescimento, com mais igualdade, então precisamos ampliar muito mais o investimento.

Alguns imaginam que isto será possível, através do crescimento da arrecadação que deriva do próprio crescimento econômico. Ocorre que a estrutura econômica e a matriz tributária brasileira são regressivas. Noutras palavras, quem tem mais, ganha mais e paga menos. Isto significa que uma proporção excessiva do crescimento é absorvida pelas camadas ricas. Noutras palavras: mais crescimento significa mais riqueza, mas não significa distribuição equitativa, nem crescimento equivalente da arrecadação.

Por isto, crescer com igualdade exige reforma tributária. E reforma tributária significa cobrar mais de quem tem mais: progressividade tributária e imposto sobre grandes fortunas.

Fazer estas e outras reformas, necessárias para mudar profundamente a estrutura do país, supõe criar uma maioria nas instituições, a começar pelo executivo e pelo legislativo. Acontece que a legislação eleitoral e as regras do jogo, especialmente o voto nominal e o financiamento privado, dificultam a formação de uma maioria de esquerda no parlamento nacional.

Sem reforma política, não terá êxito o caminho estratégico adotado pela esquerda brasileira --ser governo como parte do caminho para ser poder.

O problema é: como ter maioria para fazer uma reforma política, sem antes fazer esta reforma política? A resposta está lá fora: mobilizar a sociedade. Mesmo perdendo as eleições, a direita já está fazendo esta mobilização, seja em defesa de uma reforma tributária regressiva, seja em defesa de uma reforma política reacionária. Por isto, a campanha Dilma deve apostar na mobilização e ser mais ofensiva no terreno programático.

CANDIDATOS

Vicente Lichoti

Nascido em São Bernardo do Campo, numa família de operários engajados no movimento sindical e na igreja católica, mudou-se para o Mato Grosso do Sul quando seu pai aposentou-se. Lá, Vicente engajou-se no movimento da juventude rural que reivindicava a instalação da Escola Agrotécnica Federal que, hoje, está se tornando realidade. Participou da criação do Fórum da Juventude e da União Municipal dos Estudantes e foi eleito, em 2008, vereador do PT em Nova Andradina-MS.

Com um pé no parlamento e o outro na organização popular, Vicente é o único vereador de Nova Andradina a defender os avanços do Governo Lula. Na crise de 2008, quando as indústrias da cidade demitiram trabalhadores/as, foi a única voz a defendê-los, cobrando o cumprimento da legislação trabalhista. Quando os trabalhadores do campo passam por dificuldades para acessar o crédito, a assistência técnica ou a conquista da terra para trabalhar, contam com o apoio do mandato para levar adiante suas bandeiras. O mandato também está presente quando a juventude deseja se organizar para reivindicar seus direitos e construir a cidadania.

Vicente trará para a Câmara dos Deputados a luta pelo aprofundamento das mudanças em curso no plano federal e a retomada das mudanças interrompidas em janeiro de 2007, pelo atual Governo do Estado. Sua candidatura será um importante apoio para a eleição da companheira Dilma e do companheiro Zeca do PT.

Elias Ishy

Vereador em Dourados-MS por dois mandatos, Elias iniciou a militância nas CEB's e nas Pastorais Sociais. Foi presidente do Sindicato dos Bancários e presidente do PT.

Foi considerado o vereador mais atuante por dois anos consecutivos.

Lutou incansavelmente contra as queimadas de cana, para que a defesa do meio ambiente se tornasse ação efetiva, tanto no que diz respeito à preservação ambiental, como à saúde da população.

Seu mandato se fez com muita política, mobilização, com constantes audiências públicas, abrindo as portas do Legislativo para debater temas polêmicos e importantes.

Destes debates nasceram projetos de grande relevância.

Sua candidatura faz parte de um imenso e solidário projeto coletivo que vem sendo construído há um longo período, por valorosos e valorosas companheiras/os.

Seu mandato de deputado combinará a luta institucional com a organização partidária e luta social. Para isto é necessário reunir as mais intensas e positivas energias que possibilitem continuar avançando a passos largos, de forma firme, persistente e serena.

Suas bandeiras fundamentais são:

- defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.
- combate à corrupção, ao preconceito e discriminação de todo tipo.
- defesa de direitos básicos de vida plena para todos.
- defesa das reformas política, agrária e urbana, mídia e tributária.

O excedente de Vaccarezza

É preciso garantir investimento e custeio permanentes

Ricardo Menezes*

Quase ao mesmo tempo em que Dilma falava da necessidade de se debater seriamente o financiamento da saúde pública, o líder do governo na Câmara, o petista Cândido Vaccarezza, dizia que o assunto não é prioridade neste momento.

A luta pelo estabelecimento de regras claras, suficientes e definitivas para o financiamento da Saúde no Brasil, iniciou-se no momento mesmo em que a Saúde, pela primeira vez na nossa história, foi reconhecida como direito social ao ser promulgada a Constituição Federal de 1988: *direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação* (Art. 196).

Antes da CF de 1988, nunca neste país a Saúde havia sido legalmente reconhecida como direito social e, enquanto tal, integrante dos direitos da cidadania.

Toda sorte de descumprimentos legais de 1989 a 2009 foram feitos pelos conservadores para obstaculizar a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), o que incluiu desassistência e mortes de cidadãos nos anos 1990 e, até hoje, inclui a falta de acesso de milhões – muitos e muitos milhões! – de brasileiros e brasileiras a todos os níveis de assistência à saúde.

O Partido dos Trabalhadores (PT) durante as décadas de 1980, 1990 e 2000 foi um dos esteios a sustentar a luta no sentido do provimento de Saúde para todos.

Seja organizando com firmeza política, e poucos recursos, arrojadas administrações – por exemplo: a organização do Sistema Municipal de Saúde de Santos, público e universal, de 1989 a 1996, notabilizado mundialmente pela audácia revelada nas intervenções relativas à saúde mental e ao controle da AIDS.

Seja como um dos agentes da constitucionalização do direito à Saúde e ente coletivo guerreiro na busca do financiamento das ações, serviços e atividades do Sistema Único de Saúde (SUS).

As Diretrizes de Programa de Governo do PT para as eleições de 2010, aprovadas pelo IV Congresso do Partido, contém menção à regulamentação do financiamento da Saúde e a candidata a presidenta da República pela coligação *Para o Brasil Seguir Mudando*, Dilma Rousseff, vem defendendo tal regulamentação.

Contudo, na edição de *O Globo*, de 6 de agosto de 2010, em matéria com inequívoco viés conservador intitulada *Falta de verba, o falso dilema da Saúde*, o parlamentar Cândido Vaccarezza (PT-SP) emitiu opinião a esse respeito, novamente incorreta no mérito, que a jornalista assim registrou:

"Durante a semana, quase ao mesmo tempo em que Dilma falava da necessidade de se debater seriamente o financiamento da saúde pública, o líder do governo na Câmara, o petista Cândido Vaccarezza, dizia que o assunto não é prioridade neste momento: as fontes de financiamento da saúde devem ser definidas no contexto de uma reforma tributária."

A formulação do deputado, exposta no site do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), em 9 de julho de 2010, está disponível na página eletrônica do DIAP (http://www.diap.org.br/index.php/agencia-diap/13621-oposicao-quer-regulamentar-emenda-29-mas-sem-criar-novo-imposto-css).

Segundo ele "vamos fazer reforma tributária que vai desonerar a economia e ampliar a base de arrecadação e parte do *excedente* será investido na Saúde".

Chamamos a atenção: de que reforma tributária afinal está falando o deputado? Será que se refere ao projeto de emenda constitucional (PEC 233/2008) que trata desse tema, aprovado em 2008 pela Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado Antonio Palocci (PT-SP) e tendo na relatoria o deputado Sandro Mabel (PR-GO)?

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Ana Lúcia Vieira (SE), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fábio Pessoa (PA), Fernando Nascimento (PE), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), José Fritsch (SC), José Ricardo (DF), Larissa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo(SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Olavo Brandão (RJ), Pedro Moreira (MG), Pere Petit (PA), Rafael Pops (DF), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Thalita Coelho (PA), Valter Pomar (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica:** Edma Valquer **Assinaturas:** Sirlei Augusta Chaves e-mail: chaves.sirlei@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

Se é isto, lembramos que este PEC não foi votado no Plenário da Câmara dos Deputados, em face da intensa pressão de organizações democráticas e progressistas da sociedade brasileira, pois, caso fosse aprovado, representaria um gravíssimo retrocesso para todo o campo da proteção social – Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social) –, educação e trabalho, já que seriam extintas as fontes exclusivas e específicas de recursos para as políticas sociais – contribuições sociais – e, assim, áreas do campo da proteção social não poderiam mais ser priorizadas, ou seja, a reforma daria tratamento de igualdade a ações e prioridades totalmente distintas e desiguais.

Além disso, o PEC da reforma tributária não apontava para a construção de um sistema tributário progressivo, pautado pela tributação da renda e do patrimônio, porém as modificações propostas afetavam diretamente a estrutura de financiamento das políticas sociais, particularmente os recursos vinculados ao custeio da Seguridade Social, educação e trabalho.

Em outras palavras: de um lado, mantinha-se a regressividade, a iniqüidade e a desconsideração da capacidade contributiva dos diferentes segmentos econômicos – atributos do sistema tributário brasileiro – e introduzia-se a redução, gradativa, da contribuição dos empregadores para a Previdência Social.

De outro lado, seria sepultada a diversidade de bases de financiamento da Seguridade Social inscrita no Art. 195 da CF de 1988, que ampliou o financiamento da previdência, saúde e assistência social para além da folha de salários, incluindo a receita, o faturamento e o lucro.

Naturalmente, o PEC 233/2008 contou com o apoio de entidades patronais.

Difícil ser esta a reforma tributária que, no limite, produziria o *excedente* de arrecadação, cuja parcela seria investida na Saúde, ao qual se refere o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP).

De qualquer modo, preferimos tratar o financiamento da Saúde em sintonia com a histórica luta política e social do PT pelo estabelecimento de condições globais – percentuais definidos nos orçamentos anuais dos três entes federados, carreiras e recursos humanos adequados, capacitação e reciclagem continuada de profissionais de saúde, zelo pela gestão e outros – destinadas a consolidar a implantação do SUS.

Nestes termos *para continuar mudando*, é necessário garantir o que se segue.

1.Regulamentar a Emenda Constitucional (EC) nº 29, de 13 de setembro de 2000, que dispôs sobre o financiamento da Saúde.

A Saúde não se produz com *excedente* de arrecadação. À nobreza e singularidade deste campo é inerente a exigência de garantias de investimento e custeio permanentes porque se trata de um bem social ou, em outra dimensão, um direito social cuja razão de ser é a defesa da vida de todas as pessoas. Excedente de arrecadação, se houver, deve ser destinado, por exemplo, ao estímulo das atividades de lazer.

A expressão organizacional e sistêmica da Saúde, o SUS, não é um "plano ou seguro de saúde" assistencial como os mantidos pelas operadoras privadas. Trata-se de um Sistema de Saúde que tem como atribuições as ações e serviços voltados para o controle de doenças e a vigilância sanitária – controle de riscos à saúde derivados dos serviços de saúde, dos produtos, do meio ambiente e dos ambientes e processos de trabalho – abrangendo toda a população; a assistência integral, inclusive terapêutica, para, no mínimo, três quartos da população; a assistência a usuários de planos e seguros de saúde que procuram os seus serviços e recursos terapêuticos – via de regra medicamentos de alto custo, mas não só – e as atividades de regulação, controle e fiscalização dos estabelecimentos de saúde públicos e privados, vinculados ou não ao Sistema, inclusive o controle econômico e o ressarcimento ao SUS pelas operadoras de planos e seguros de saúde.

Do que mesmo estamos tratando ao enfatizar a necessidade de regulamentação da EC nº 29/2000?

Em primeiro lugar, estamos falando em definir o que são ações e serviços públicos de saúde, a fim de coibir de uma vez por todas que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios descumpram a norma constitucional ou seus governantes sintam tentados em fazê-lo.

Explicamos: a norma constitucional define os seguintes critérios para a alocação dos recursos orçamentários anuais na Saúde: a) União: o investido no ano anterior mais a variação nominal do Produto Interno Bruto; b) estados: 12% e c) municípios: 15%.

Dada à ausência de aprovação de projeto de lei complementar (PLC), que contenha definição clara sobre o que se enquadra como ações e serviços públicos de saúde, diversos estados, e certa parcela de municipalidades, passaram a considerar despesas com saúde o pagamento de funcionários inativos, saneamento básico, habitação urbana, recursos hídricos, merenda escolar, programas de alimentação e hospitais de clientela fechada, entre outros.

Já a União tentou lançar mão dos insuficientes recursos da Saúde para financiar o importante programa de transferência de renda, Fome Zero, porém, na ocasião, o presidente Lula determinou que o Ministro da Fazenda refizesse a peça orçamentária.

Em segundo lugar, estamos falando em estabelecer as normas de fiscalização, avaliação e

Quadro I – Financiamento da Saúde no Brasil – Aplicação de recursos no setor saúde, segundo esfera de governo – 1980-2007.

Ano	União	Estado	Município
1980	75,00%	17,80%	7,20%
1995	63,80%	18,80%	17,40%
2000	59,74%	18,53%	21,73%
2001	56,17%	20,67%	23,16%
2002	53,11%	21,64%	25,25
2003	50,69	22,80	25,24
2004	51,14	23,62	25,24
2005	50,64	24,48	24,98
2006	46,70	26,12	27,18
2007	47%	26%	27%

Fontes: Ministério da Saúde/SIOPS e Carvalho, G. Gasto com saúde no Brasil em 2007.

controle das despesas com ações e serviços públicos de saúde nas três esferas de governo.

Em terceiro lugar, estamos falando em manutenção dos percentuais obrigatórios de alocação de recursos orçamentários anuais na Saúde para municípios (15%) e estados (12%), bem como na mudança do critério de alocação, no caso da União, que passaria a basear-se também no percentual das receitas correntes brutas (10%) a ser adotado progressivamente, a partir de 2011.

Impõe-se uma ressalva. Durante a década de 1990, enquanto travava-se difícil luta para implantar o SUS com escassos recursos, parlamentares petistas e outros parlamentares progressistas ou vinculados ao setor apresentaram projetos de lei que disciplinavam o financiamento da Saúde pelos três entes federados.

Enfim, quando se deu a aprovação da EC nº 29/2000, o governo federal impôs sua esperteza ao introduzir o cálculo da sua contrapartida com base na variação nominal do Produto Interno Bruto (menor que o crescimento populacional e o da inflação), pressionando para a aplicação de percentual sobre a arrecadação somente para os estados, Distrito Federal e municípios. Explica satisfatoriamente porque se denominou de esperteza o fato do ente federado que mais arrecada e retém tributos, a União, ter vinculado sua contrapartida à variação nominal do PIB a evolução decrescente da participação federal no financiamento da Saúde – em especial o decréscimo da participação da União entre 1980 e 2002 – expressa no Quadro I, na página 4.

Tabela – Gastos com Saúde em países selecionados em 2007

País Membro	Proporção de gastos com Saúde			
	Total de gastos *% do PIB*	Gasto público: *% do total de gastos com Saúde*	Gasto privado: *% do total de gastos com Saúde*	Total de gasto público com Saúde: *% do total de gastos públicos*
Argentina	10.0	50.8	49.2	13.9
Bolívia	5.0	69.2	30.8	9.9
Brasil	8.4	41.6	58.4	5.4
Chile	6.2	58.7	41.3	17.9
Colômbia	6.1	84.2	15.8	18.8
Costa Rica	8.1	72.9	27.1	25.8
Cuba	10.4	95.5	4.5	14.5
R. Dominicana	5.4	35.9	64.1	9.2
Equador	5.8	39.1	60.9	7.4
El Salvador	6.2	58.9	41.1	14.3
Granada	7.1	51.1	48.9	8.2
Guatemala	7.3	29.3	70.7	14.1
Guiana	8.2	87.7	12.3	14.8
Haiti	5.3	23.3	76.7	9.2
Honduras	6.2	65.7	34.3	19.0
Jamaica	4.7	50.3	49.7	5.2
México	5.9	45.4	54.6	15.5
Nicarágua	8.3	54.9	45.1	16.3
Panamá	6.7	64.6	35.4	11.6
Paraguai	5.7	42.4	57.6	11.9
Peru	4.3	58.4	41.6	15.6
Suriname	7.6	47.4	52.6	13.3
Uruguai	8.0	74.0	26.0	17.3
Venezuela	5.8	46.5	53.5	7.1
Alemanha	10.4	76.9	23.1	18.2
Dinamarca	9.8	84.5	15.5	16.2
Espanha	8.5	71.8	28.2	15.6
França	11.0	79.0	21.0	16.6
Hungria	7.4	70.6	29.4	10.5
Itália	8.7	76.5	23.5	13.9
Portugal	10.0	70.6	29.4	15.4
Reino Unido	8.4	81.7	18.3	15.6
R. Tcheca	6.8	85.2	14.8	13.5
Rússia	5.4	64.2	35.8	10.2
Suécia	9.1	81.7	18.3	14.1
China	4.3	44.7	55.3	9.9
Japão	8.0	81.3	18.7	17.9
Canadá	10.1	70.0	30.0	18.1
EUA	15.7	45.5	54.5	19.5

Fonte: World Health Organization (WHO). World Health Statistics – Part II, Global Health Indicators, 2010.

2. Ampliar o investimento público na Saúde

A Organização Mundial da Saúde (OMS), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), divulgou no começo de 2010 dados de gastos com Saúde dos países membros relativos a 2007.

É fato que os dados referentes ao Brasil, de uma perspectiva histórica, refletem os traços característicos do desenvolvimento nacional conduzido pelas tradicionais – e conservadoras – elites econômicas e políticas do país: o reconhecimento do direito à Saúde entre nós se deu recentemente e o país cresceu economicamente mantendo pífia distribuição de renda, profunda desigualdade social e arraigado autoritarismo na condução dos assuntos públicos.

Apesar disso, se compararmos os dados nacionais com os de outros países (ver tabela ao lado), inclusive países menos prósperos do que o nosso, chegaremos à conclusão que, hoje, é preciso e possível mudar!

Ou seja, somente se produz Saúde com garantias legais de investimento e custeio permanentes – com a regulamentação da EC nº 29/2000 – e não com *excedente* de arrecadação. Sem tais garantias torna-se sobremaneira difícil operacionalizar mecanismos inovadores de gestão da coisa pública no SUS e – principalmente – continuar combatendo com a celeridade que se faz necessária a ainda imensa desigualdade social existente no Brasil. ★

***Ricardo Menezes** é médico sanitarista e militante do PT

Foro de São Paulo

De 17 a 20 de agosto, em Buenos Aires, ocorre o XVI Encontro do Foro de São Paulo. A este respeito, Página 13 publica trechos da entrevista concedida à jornalista Lamia Oualalou, por Valter Pomar, secretário executivo do Foro de São Paulo, ao Opera Mundi (http://operamundi.uol.com.br)

Qual é o balanço de uma década de governos progressistas na América Latina?

Valter Pomar – Mais democracia, qualidade de vida, soberania e integração. Os exemplos são muitos. Incluem mudanças constitucionais, aumento da participação eleitoral, crescimento do número de organizações sociais, surgimento de novos meios de comunicação, eleição de juízes, mudanças em algumas forças armadas. Temos mais gente alfabetizada, mais serviços de saúde, menos fome, direito a casa, mais empregos, aposentadorias maiores. Há que lembrar também o controle sobre as riquezas naturais de cada país, assim como mais diálogo, cooperação e criação de instituições como a União das Nações Sul-Americanas, a Unasul. Mas esses avanços ainda não se tornaram estruturais, não se converteram num outro modelo de desenvolvimento, de tipo democrático-popular. Enquanto isto não ocorrer, a permanência do que fazemos a partir dos governos dependerá de estarmos no governo. E governos se ganham e se perdem. Para que se construa um novo modelo, permanente, é preciso democratizar a estrutura de propriedade e fazer com que a infraestrutura social se torne o centro da dinâmica da acumulação.

A direita está em condição de recuperar o terreno perdido, como ocorreu no Chile?

Nunca devemos subestimar a direita, especialmente quando os EUA tentam recuperar sua influência na região. Também devemos lembrar que, à medida que a direita neoliberal típica perde espaço, essas forças buscam outros porta-vozes. No Brasil, a provável terceira derrota do PSDB e do DEM já faz setores conservadores especularem sobre uma alternativa distinta em 2014. Finalmente, devemos lembrar que o objetivo da esquerda não é eleger presidentes, mas, sim mudar as sociedades. E pode ocorrer, como no Chile, de a esquerda chegar ao governo e não mudar a sociedade, como pretendemos.

Na sua opinião, existem ondas políticas que se alternam, e que depois da esquerda nos anos 2000 pode ser a vez da direita na década de 2010?

A história não é circular. Se fosse, viria por aí uma onda de golpes militares, similares aos que sucederam o ciclo desenvolvimentista-populista dos anos 1950. Por outro lado, é preciso tomar cuidado com uma análise "politicista", que dá excessiva atenção a eventos institucionais. A questão de fundo é saber se a esquerda que chegou ao governo na América Latina fará mudanças estruturais. Se conseguirmos, uma eventual vitória da direita numa eleição nacional terá pequeno impacto. Se não conseguirmos, estar no governo não terá grande significado.

Alguns governos, como o da Venezuela, consideram que existe um risco militar contra os governos de esquerda.

A contraofensiva da direita é política. Uma das facetas desta contraofensiva política é militar, ou seja, a carta militar é jogada para fazer pressão política. Neste momento, considero pouquíssimo provável uma agressão direta dos EUA contra algum país governado pela esquerda. Agora, Honduras, as bases na Colômbia e a 4º Frota não são ficção. Estão relacionadas com algo simples: os EUA perderam terreno ideológico, político e econômico na região e no mundo, mas sua força militar é incomparável. Interessa a eles levar a disputa para o terreno militar, mesmo que sob a forma de pressão. Por isso é estratégico que o conflito na Colômbia deixe de ser militar e passe a ser político-eleitoral.

A oposição brasileira voltou a acusar o PT de associação com as Farc, e Álvaro Uribe (ex-presidente da Colômbia que entregou o cargo no dia 7 de agosto) acusou Hugo Chávez (presidente da Venezuela) de protegê-la. Qual é a razão de existir da guerrilha hoje?

Não existe solução militar para o conflito na Colômbia. Nem o governo de Juan Manuel Santos acabará com a guerrilha, nem a guerrilha tomará o poder. É preciso um acordo. A melhor coisa que as Farc podem fazer neste momento é anunciar sua disposição de fazer um acordo de paz. E, para deixar claro que está falando sério, libertar as pessoas que mantém em seu poder, declarar um cessar-fogo unilateral e se dispor a aceitar uma mediação externa – da Unasul, por exemplo. Seria um ganho para o povo e para a esquerda colombiana e poria fi m ao pretexto dos EUA e da direita colombiana para manter viva a guerra, que para eles é um negócio.

Numa recente entrevista, Fernando Henrique Cardoso disse que, no poder, a esquerda latino-americana, e especialmente o PT, tinha virado socialdemocrata. O que acha dessa avaliação?

De qual social-democracia ele fala? Da revolucionária, que foi até a Primeira Guerra? Da socialista, que foi até o pós-Segunda Guerra? Da reformista, até a crise dos anos 1970? O risco dessa comparação é nos fazer perder de vista que o capitalismo latino-americano não é o europeu, não é imperialista. Portanto, a margem de manobra para compatibilizar capitalismo, democracia e bem-estar social é muito menor. Por outro lado, a pressão dos EUA e a burguesia local fazem com que os social-democratas sinceros da América Latina sejam mais radicais que os europeus. Na prática, um social-democrata na América Latina vai entrar em conflito com o capitalismo e com o imperialismo. Assim, parece-me aproveitável nesse raciocínio de FHC o reconhecimento indireto de que o PSDB é tudo, menos social-democrata.

Mas o senhor acha que os partidos de esquerda que estão no governo na América Latina abandonaram suas reivindicações revolucionárias?

Uma parcela dos partidos de esquerda que estão no governo hoje não existia em 1980, o que torna pouco válida a comparação. Por outro lado, não concordo que a maioria dos partidos de esquerda abandonou reivindicações de mudanças radicais. No fundo, há uma dificuldade em entender que vivemos um período de defensiva estratégica da luta pelo socialismo. O que é ser revolucionário num período em que as revoluções não estão na ordem do dia? Em minha opinião, é ter uma política de acumulação de forças que tenha como objetivo criar as condições para mudanças revolucionárias. Ser revolucionário significa defender que, para acabar com a exploração e a opressão capitalista, é necessária uma revolução político-social. A maioria dos partidos de esquerda latino-americanos tem, no seu interior, correntes revolucionárias e correntes não revolucionárias, numa

Precisamos nos converter em um espaço de formulação e de articulação de uma estratégia que permita fazer desse ciclo de governos progressistas e de esquerda o ponto de partida de um novo modelo de desenvolvimento, sem deixar de ser útil aos partidos de esquerda da região que ainda não são governo.

combinação indispensável neste momento. E o único teste para saber se um partido é revolucionário ou não é ver se ele dirigiu uma revolução. Discurso, fé, autoproclamação e acusação dos inimigos não contam.

Com a esquerda no poder, qual é sua avaliação do papel dos movimentos sociais nesses países?
A rigor, a esquerda não está no poder em nenhum país da região, exceto Cuba. Em Cuba, houve uma revolução em 1959, e o Estado cubano foi construído por essa revolução. Não há distinção qualitativa entre os objetivos do governo e do Estado. Já nos países em que, desde 1998, partidos de esquerda elegeram o presidente, o Estado é herdeiro de décadas ou séculos a serviço das classes dominantes. Parcelas expressivas do aparato de Estado seguem controladas diretamente por representantes delas, que na prática mantêm o poder, embora não tenham o governo. Os movimentos sociais foram essenciais para a vitória eleitoral. E são decisivos para construir o caminho que nos leve da condição atual de governo para a condição de poder.

Como qualificaria a política do governo Obama em relação à região?
Obama mudou as palavras, mas não os gestos. A política geral para a região segue a mesma. No seu discurso de posse, disse que os EUA estavam prontos para voltar a liderar. E o que os EUA têm pronto para isto? Seu aparato militar. Claro que, para quem se iludiu com Obama, deve ter tido uma decepção.

Qual é a função do foro?
O Foro passou por várias fases. De sua criação a 1998, foi um espaço de resistência contra a ofensiva neoliberal. Depois, converteu-se num espaço de articulação da ofensiva eleitoral dos partidos de esquerda. Essa ofensiva se deteve em 2009, com a posse de Mauricio Funes, em El Salvador. Desde então, precisamos nos converter em um espaço de formulação e de articulação de uma estratégia que permita fazer desse ciclo de governos progressistas e de esquerda o ponto de partida de um novo modelo de desenvolvimento, sem deixar de ser útil aos partidos de esquerda da região que ainda não são governo. Se não formos capazes de dar este salto, o foro não será capaz de ajudar a esquerda latino-americana a conseguir respostas para problemas de fundo: mudar o modelo e sair da condição de melhorar a vida do povo dentro do capitalismo para a condição de melhorar a vida do povo nos marcos do socialismo.

Em novembro de 2009, Chávez defendeu a criação da Quinta Internacional.
A intenção é boa, mas a proposta não é adequada. O próprio Chávez percebeu isto. Uma curiosidade: a esquerda ultrassectária existente em alguns países do mundo viu na proposta a chance de colocar uma "cunha" entre a esquerda brasileira, especialmente o PT, e a esquerda venezuelana, especialmente o Partido Socialista Unido da Venezuela (Psuv). Quebraram a cara. O melhor é reforçar o Foro de SP e ampliar a articulação entre o foro e partidos de outras regiões do mundo, sem a pretensão de ser laboratório para ninguém: como o capitalismo é diferente em cada região, lutar contra ele exige esquerdas também diferentes.★

Ana Rita Esgario

Grandes novidades no Espírito Santo: Renato Casagrande (PSB) é o candidato a governador apoiado pelo PT; Iriny Lopes, nossa candidata a deputada federal, tornou-se também a candidata de outros importantes setores do Partido e da sociedade capixaba; nossos candidatos a deputado estadual estão fazendo ótimas campanhas; e, talvez a mais novidade das novidades, conseguindo eleger Casagrande governador, Ana Rita Esgario assumirá por 4 anos o mandato de Senadora pelo estado do Espírito Santo.

Ana Rita nasceu em 26 de julho de 1958, no município de Conceição do Castelo, Espírito Santo. Em meados dos anos 1960, sua família mudou-se para Vitória. Seus pais vieram em busca de melhores condições de vida e trabalho. Junto com eles, Ana Rita e mais quatro irmãos mais novos.

O pai trabalhou como taxista toda a sua vida. A mãe, para ajudar no sustento da família, se dedicou a lavar e costurar roupas. Com muito esforço, conseguiram construir em 1968 uma casa no bairro Cobilândia, em Vila Velha, onde Ana Rita e sua mãe residem até hoje. O pai, já falecido, foi candidato a vereador pelo PT em 1988 e seus irmãos, todos homens, hoje casados, lhes deram seis sobrinhos.

Em 1982, Ana Rita formou-se em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Entre 1985 e 1989, trabalhou como Assistente Social na Secretaria de Estado da Agricultura, num programa denominado Democratização do Acesso a Terra (PRODATERRA), compondo uma equipe multidisciplinar no processo de assentamento de trabalhador@s rurais.

Anos depois, coordenou o trabalho social do Programa Terra Mais Igual, da Prefeitura Municipal de Vitória, até 2010. Trata-se de um programa integrado de desenvolvimento social, urbano e de preservação ambiental, em áreas ocupadas por população de baixa renda no município de Vitória. Tem como objetivo o desenvolvimento humano sustentável; seu modelo de gestão visa integrar as políticas públicas com participação social, tendo como centralidade das ações as pessoas; e as poligonais como unidades de Planejamento e Gestão.

Além desta atividade simultaneamente profissional, técnica e política, Ana Rita dedicou-se à militância eclesial, política e popular.

Atuou fortemente na implantação das Comunidades Eclesiais de Base no município de Vila Velha, particularmente na Região da Grande Cobilândia, hoje Paróquia Nossa Senhora Aparecida. Sempre esteve presente nas Equipes de Serviços, Conselhos Eclesiais e Pastorais Sociais.

Contribuiu no processo da Grande Avaliação da Arquidiocese de Vitória (anos 1980), participou das instâncias de decisão da Arquidiocese e foi conselheira da Comissão Justiça e Paz. Esta última atividade foi retomada a partir de 2000.

No início dos anos 1990, trabalhou no Centro de Educação e Comunicação Popular Dom João Batista da Motta e Albuquerque, assessorando os movimentos populares, especialmente as FAMOPES.

Atuou em diversos Conselhos Setoriais como Criança e Adolescentes, Mulher, Pessoas com Deficiência, Idoso, Comissão Estadual do Trabalho e presidiu o Conselho Estadual de Assistência Social.

Outra das frentes de atuação de Ana Rita foi a militância partidária, iniciada em 1985 e formalizada, através de filiação ao PT, em 1987, como resultado de um processo de amadurecimento político que foi adquirido durante sua trajetória nas CEB's e nos movimentos sociais. Em nome do PT, exerceu dois mandatos de vereadora no município de Vila Velha (de 1993 a 1996 e de 2001 a 2004), atuando como presidente da Comissão de Finanças da Câmara, participando ativamente dos Conselhos Municipais representando o Poder Legislativo, realizando diversas audiências públicas sobre temáticas da área social, ambiental e orçamentária.

Contribuiu na construção da agenda 21 do município de Vila Velha, sempre presente nas lutas em defesa da vida e da cidadania, do patrimônio público e contra a corrupção.

Atuou na direção municipal do PT de Vila Velha por doze anos e também na direção estadual do Partido. Sempre estimulou a organização dos trabalhadores e trabalhadores, não só nos movimentos sociais, mas também partidariamente, através dos núcleos do PT.

Nas eleições de 2006, Ana Rita foi indicada pelo PT como primeira suplente do então candidato, hoje senador e tudo indica futuro governador Renato Casagrande. Se for assim, Ana Rita, hoje da coordenação da Campanha Dilma Roussef e Renato Casagrande, se tornará a primeira senadora do Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo.★